

# Reconhecimento e deliberação no encontro com Fátima Bernardes

Recognition and deliberation in the  
TV show Encontro com Fátima  
Bernardes

R E V I S T A  
com **política**

revista compolítica

2022, vol. 12(1)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2022.12.1.601

 Open Access Journal

## Raíssa Sales de Macêdo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
[Rio de Janeiro State University – UERJ]

### *Resumo*

O artigo analisa a abordagem de temáticas relacionadas à teoria do reconhecimento no âmbito da mídia, além de averiguar a possibilidade de, a partir de tais discussões, serem desencadeadas trocas comunicativas mais plurais. Para isso, realiza-se uma análise de conteúdo de três edições especiais do programa Encontro com Fátima Bernardes. Os resultados constata a ausência de elementos deliberativos durante as discussões, ao passo que se observam discursos sobre diversas formas de reconhecimento, sobretudo envolvendo questões de estima social e exclusão. Conclui-se, então, que, embora o programa não promova efetivamente momentos de deliberação, ele proporciona reflexões acerca do reconhecimento de minorias sociais que podem fomentar a tolerância e aumentar a qualidade das deliberações públicas.

Palavras-chave: Reconhecimento; Deliberação; Mídia.

### *Abstract*

The article analyzes the approach to themes related to the theory of recognition within the media. Also, it investigates the possibility that such discussions might trigger more plural communicative exchanges. A content analysis was applied for three special editions of Encontro com Fátima Bernardes tv show. The results show the absence of deliberative elements during the discussions, while discourses on different forms of recognition are observed, especially involving social esteem and exclusion issues. It is concluded that, although the program does not effectively promote moments of deliberation, it provides reflections on the recognition of social minorities that can foster tolerance and increase the quality of public deliberations.

Keywords: Recognition; Deliberation; Media.

## Reconhecimento e deliberação no encontro com Fátima Bernardes

Raíssa Sales de MACÊDO

Neste artigo busca-se, em um primeiro momento, explorar como a deliberação e as lutas por reconhecimento podem ser compatibilizadas entre si e, teoricamente, amplificadas pelos meios de comunicação de massa. Posteriormente, para observar como esses processos se dão na prática, especificamente no contexto do sistema de radiodifusão brasileiro, realizamos uma análise de conteúdo do programa *Encontro com Fátima Bernardes*, da Rede Globo. Considerando que o tema do reconhecimento é um dos focos do trabalho, foram selecionadas três edições do programa, transmitidas em 2021, que se passam, respectivamente, no Dia da Mulher, no Dia do Orgulho LGBTQIA+ e no Dia da Consciência Negra.

De modo a nos munir dos instrumentos teóricos necessários à análise proposta, a próxima seção do artigo revisa as definições de democracia deliberativa e teoria do reconhecimento. A primeira subseção discute as características da democracia deliberativa, expõe críticas e alternativas ao modelo tradicional de deliberação. Discutindo a ampliação do escopo deliberativo à sociedade civil, focamos na mídia, suas limitações e possibilidades. Na subseção seguinte são apresentadas as principais concepções acerca da teoria do reconhecimento, bem como as formas de reconhecimento e desrespeito descritas por Axel Honneth (2003). Em seguida, passamos por discussões que ressaltam a importância do reconhecimento das diferenças para as deliberações e de ambas para chegar a uma sociedade mais justa.

A análise de conteúdo tem início na seção subsequente. A seleção de edições especiais voltadas para a discussão de pautas de gênero, sexualidade e raça tem como motivação o fato de elas serem o centro de muitos debates contemporâneos sobre representação e reconhecimento na esfera pública e, especificamente, no âmbito da política. Para analisar o conteúdo dos programas escolhidos, utilizamos, com base na discussão teórica anterior, categorias associadas às características da deliberação e às formas de reconhecimento, identificando se e como elas se fazem presentes ao longo das edições. Ao final, tecemos breves considerações sobre a análise do programa como um todo, apontando seus pontos positivos e limitações em relação ao debate proposto.

## A mídia e o potencial deliberativo

Argumentaremos pela expansão das práticas deliberativas à sociedade civil, na qual incidem instituições intermediárias como a mídia - que, como componente imprescindível da esfera pública política, conecta os cidadãos e o sistema político. Antes disso, é importante definir as características essenciais da democracia deliberativa, seus objetivos, e alguns motivos pelos quais a compatibilidade entre os meios de comunicação e a deliberação pública pode ser questionada.

A união entre democracia e deliberação é creditada, sobretudo, a Jurgen Habermas. Segundo o autor, para que seja democrática, a troca pública de razões deve ter sua legitimidade fundamentada no julgamento coletivo do povo, requerendo a participação do maior número possível de cidadãos na comunidade política, além de um processo de formação de opiniões públicas cuidadosamente consideradas (Gutmann; Thompson, 2004; Habermas, 2006). Quatro características da democracia deliberativa, segundo Gutmann e Thompson, são: 1) A exigência de apresentar razões, que devem ser aceitas por pessoas livres e iguais em busca de termos justos de cooperação; 2) As razões dadas no processo devem ser públicas, tanto no sentido de acontecer em público, quanto de seu conteúdo ser compreensível; 3) A deliberação tem como objetivo produzir decisões vinculativas por um período de tempo; 4) O processo é dinâmico, isto é, os debates devem continuar após a tomada de decisão (pp. 3-7).

Ao comentarem que um dos propósitos da democracia deliberativa é encorajar perspectivas de espírito público, Gutmann e Thompson destacam que é mais provável que a deliberação seja bem-sucedida na medida em que os deliberadores estiverem bem informados, levem a sério as visões de seus oponentes e contem com recursos relativamente iguais (pp. 10-11). Os autores argumentam ainda que, tendo em vista que a maioria dos cidadãos vive a maior parte de suas vidas fora das arenas políticas convencionais, a sociedade civil deve ser estruturada de modo a melhor preparar os indivíduos a tomarem parte em processos deliberativos. Nesse sentido, é desejável que haja uma certa continuidade entre a vida cotidiana e a política.

Entre as instituições ligadas à sociedade civil citadas pelos autores, a mídia é mencionada como uma das menos amigáveis à deliberação. Entre os motivos para isso, estão a menor necessidade e incentivo que os cidadãos têm a procurar grupos que acolham uma grande variedade de interesses e perspectivas, as discrepâncias no acesso à mídia e no controle da informação. Outras falhas da comunicação mediada em relação às características que definem a deliberação são apontadas por Habermas (2006, p. 13): a)

Ausência de interação face a face entre os participantes na tomada de decisão coletiva; b) Ausência de reciprocidade entre os papéis exercidos pelos falantes e destinatários; c) A comunicação de massa é regida pelos poderes político e social dos *media*, capazes de enquadrar, agendar e influenciar as questões públicas de modo a favorecer interesses particulares.

Ainda assim, o autor defende que a comunicação mediada pode assumir diferentes formas, e não se exige dela que preencha todos os requisitos de uma deliberação ideal. Além disso, em um processo democrático, a esfera pública política, da qual os meios de comunicação fazem parte, tem o potencial de formar uma pluralidade de opiniões através da mobilização e reunião de informações necessárias e pautas relevantes. Gutmann e Thompson, por sua vez, mostram que as objeções à deliberação baseadas nas discrepâncias de poder têm sua força reduzida pelo fato de que os próprios processos deliberativos são um instrumento para questionar desigualdades advindas de condições históricas injustas. Ou seja, eles reconhecem que a distribuição desigual de poder e dinheiro se reflete no acesso ao fórum deliberativo e afeta seus resultados, mas argumentam que a exposição pública do exercício incorreto da deliberação é um antídoto eficaz para combatê-lo. Tendo isso em vista, os autores destacam a importância de que os resultados da deliberação tenham status provisório, isto é, sejam passíveis de mudar.

No contexto brasileiro, Rousiley Maia (2018; 2008a; 2008b; 2003) e Ricardo Fabrino Mendonça (2006, 2009) são autores de pesquisas prolíficas sobre as relações entre mídia e deliberação. Ambos lidam com as críticas e limitações apontadas pela literatura - admitindo problemas como as dificuldades de acesso à população em geral, a preocupação com o lucro em detrimento da troca pública de razões, e a presença de enquadramentos, muitas vezes, despolitizantes – mas, ainda assim, defendem potenciais contribuições dos meios de comunicação para o debate público.

Primeiramente, os dois pesquisadores ressaltam a amplitude e a repercussão sem precedentes proporcionadas pelos meios de comunicação de massa à divulgação de informações. Nesse sentido, argumenta-se que a mídia faz parte de exercícios ampliados de deliberação, podendo fomentar e visibilizar debates que se iniciam e desenvolvem fora de seu âmbito (Maia, 2003; Mendonça, 2009). A visibilidade midiática, portanto, não é um fim em si mesma, mas tem a função de incitar processos de interação e interlocução entre atores sociais que, de outras maneiras, dificilmente teriam contato e se engajariam com determinadas pautas (Maia, *Ib.*, p. 11). Ademais, ainda que a maior parte dos veículos midiáticos seja regida por uma lógica de mercado, dificultando não apenas a participação direta dos cidadãos, mas também a presença de perspectivas não hegemônicas, eles não são

controlados por um agente único, e, portanto, comportam algum grau de pluralidade em seu interior. Mais do que isso, mesmo que haja a pretensão de causar determinados efeitos na audiência, não é completamente possível prever seus resultados, o que abre margem a uma base reflexiva para o público. E, por último, se por um lado, os estereótipos, dramatizações e simplificações produzidos pelos meios de comunicação esvaziam debates complexos (Mendonça, 2009, p. 134); por outro, formatos e estilos de apresentação mais acessíveis (como os fornecidos por programas de entretenimento) podem incentivar um maior envolvimento da população em debates políticos (Maia, 2018, p. 6).

Feitas essas considerações, cabe ainda apresentar duas críticas desenvolvidas por Iris Marion Young (1996) ao modelo tradicional de democracia deliberativa - que englobam a problemática da articulação entre deliberação e mídia, embora não se restrinjam a ela - bem como as respostas e alternativas aos problemas apresentados. Em primeiro lugar, a autora critica a restrição do conceito de discussão democrática à argumentação crítica, o que, segundo ela, carrega preconceitos culturais que, na prática, levam à exclusão. A segunda crítica diz respeito à suposição generalizada de que a deliberação deve ter ou a unidade como ponto de partida ou o bem comum como objetivo, o que também pode gerar efeitos excludentes.

Quanto à primeira crítica, Young destaca que, em geral, os teóricos deliberativos tendem a assumir que os falantes serão vistos como iguais na medida em que os poderes político e econômico forem postos em parênteses. Ela explica que esse entendimento é falho porque além da dependência econômica e da dominação política, as pessoas também internalizam percepções de quem tem o direito de falar ou não, além de valorizarem alguns estilos de discurso em detrimento de outros. Nesse sentido, Young propõe um modelo ampliado de democracia comunicativa que reconheça as especificidades e diferenças culturais.

Em relação à importância conferida à unidade na resolução de problemas coletivos, são apontadas duas abordagens. A primeira considera a unidade uma condição prévia da deliberação. Isso é problemático por dois motivos: nas sociedades pluralistas contemporâneas, não há uma quantidade suficiente de entendimentos compartilhados, e se o sucesso da deliberação depende do consenso prévio, isso significa que a revisão de opiniões e pontos de vista não é necessária. Levando isso em consideração, a segunda abordagem considera que a unidade deve ser um objetivo final das discussões políticas. O problema dessa proposta é que, se todos devem deixar suas experiências e interesses para trás, a tendência é que as perspectivas dos grupos dominantes prevaleçam. Sendo assim, Young

defende que a unidade necessária para a democracia comunicativa deve se basear em apenas três condições: interdependência geográfica e econômica, respeito mútuo, e procedimentos de discussão e tomada de decisão previamente acordados (1996, p. 126). Com essa proposição, a autora desfaz um potencial impasse entre deliberação e reconhecimento, já que, como veremos, este último dá centralidade à existência de conflitos nas interações.

Em um texto posterior, Young (1999) propõe adicionar aos princípios da democracia deliberativa de Gutmann e Thompson (1996) (em *Democracy and Disagreement* eles aparecem como: reciprocidade, publicidade e *accountability*) o princípio da inclusão. Ela argumenta que é perfeitamente possível que um fórum deliberativo obedeça aos princípios da reciprocidade, publicidade e *accountability* sem ser inclusivo. O princípio da inclusão serve, portanto, para que os procedimentos deliberativos sejam considerados legítimos apenas quando todos os interesses, opiniões e perspectivas presentes na política forem levados em conta nas deliberações.

A inclusão é importante também porque, nas democracias liberais contemporâneas, as formas de exclusão passiva e ativa são um meio de perpetuar poderes e privilégios, ainda que em convivência com uma democracia formal. Além disso, como já foi dito, os poderes econômico e político permitem que alguns grupos dominem as discussões, marginalizando os grupos menos favorecidos. Essa marginalização ocorre, inclusive, através da propagação de estereótipos, cujo efeito pode tanto ser um dano à autoestima dos indivíduos, quanto o impedimento de que sejam levados a sério durante as deliberações.

Uma maneira de tornar a deliberação mais inclusiva é incorporar ao processo de troca de razões, geralmente associado apenas à argumentação crítica, os elementos da saudação, retórica e narrativa (Young, 1996). A saudação consiste em uma forma virtuosa de comunicação, associada ao elogio, em que os falantes reconhecem uns aos outros em sua particularidade; ela não contém um conteúdo específico, podendo ser, inclusive, concretizada através de gestos não linguísticos. Já a retórica serve a uma função de conexão, invocando e criando significados por meio do uso da emoção e da linguagem figurada. Com ela, há uma busca por captar a atenção do público e desconstruir a propalada contradição entre discursos racionais – tidos como superiores – e emocionais. Por último, a narrativa revela as experiências particulares que não podem ser compartilhadas por aqueles situados em locais sociais diferentes. Sendo assim, é uma forma de estimular a compreensão recíproca através das diferenças, o que nem sempre pode ser realizado através de argumentos críticos. Além disso, como

todos possuem histórias e cada um pode contar sua história com igual autoridade, a presença de narrativas torna as situações comunicativas mais igualitárias (pp. 128 – 133).

Todos esses elementos são aplicáveis e expandem o entendimento do que é a “reciprocidade” no âmbito do que Jane Mansbridge (1999) denomina “conversas cotidianas”, das quais os debates midiáticos fazem parte. Compartilhamos com a autora o entendimento de que as conversas cotidianas estão ancoradas no extremo de um espectro em cuja outra extremidade está a assembleia pública de tomada de decisões (para ela, ambas fazem parte de um “sistema deliberativo”, como veremos em breve). Essas conversas e, em maior escala, as discussões no âmbito midiático preparam o caminho para decisões coletivas que podem ou não envolver o aparato estatal. Nesse sentido, Mansbridge defende que a conversa cotidiana difere da deliberação clássica não em espécie, mas em grau. Isto é, os critérios para julgar a qualidade da deliberação praticamente não se modificam entre a assembleia (que produz decisões vinculativas) e os demais espaços de deliberação. Com exceção da *accountability*, formalizada através da representação formal, os demais critérios continuam em vigor nas conversas cotidianas, mas são aplicados de forma menos rígida.

Desde os anos 1990 - quando Young e Mansbridge formularam suas teorias - até os dias atuais, muitas pesquisas foram realizadas no Brasil e no mundo com foco no uso de narrativas e conversas como parte de processos deliberativos. Alguns exemplos serão citados a seguir, mas, antes disso, é importante apresentar brevemente a abordagem sistêmica de deliberação (e objeções a ela), na qual Mansbridge situa o papel das conversas cotidianas, da mídia, além de diversas outras instituições e associações sociais (Mansbridge *et al.*, 2012). Segundo a autora e seus coautores, pensar em um sistema deliberativo permite expandir a escala de análise, que em vez de focar apenas em deliberações ocorridas em fóruns individuais, passa a enxergar o desenvolvimento de deliberações em diferentes espaços ao longo do tempo, analisando também as divisões de trabalho entre as partes – interdependentes - que compõem o sistema, suas forças e fraquezas. Nesse cenário, a mídia exerceria a função de conectar as várias partes do sistema deliberativo, ajudando a promover, com isso, a inclusão política democrática.

Embora a ideia de um sistema em que diversos âmbitos se atravessam e se complementam visando à troca pública de razões tenha se tornado extremamente influente devido a seus inegáveis méritos, essa noção pode ser contestada. É o que faz, por exemplo, Mendonça (2009, p. 105), argumentando que a ideia de “sistema” transmite uma ideia errônea de homogeneidade e harmonia entre as partes que compõem o todo. O autor desenvolve e aplica, em sua tese de doutorado, uma alternativa à concepção

de deliberação sistêmica: a ideia de “âmbitos interacionais”, isto é, instâncias comunicativas, “marcadas por certos padrões, que guiam a interação, ao mesmo tempo em que são atualizadas por ela” (Ibid., p. 116). Mais detalhadamente:

(...) nossa perspectiva é a de que a democracia deliberativa só faz sentido nas sociedades contemporâneas se pensada como uma articulação de arenas comunicativas. As conexões entre diferentes esferas possibilitam um fluxo deliberativo em que discursos se chocam, possibilitando o permanente escrutínio de perspectivas. Importante destacar que evitamos o termo arenas deliberativas e sugerimos o termo âmbitos interacionais, porque as esferas em que o fluxo deliberativo se materializa não são puramente deliberativas (MENDONÇA, 2009, p. 106).

Partindo desse conceito, Mendonça busca compreender os processos de luta e construção de reivindicações das pessoas atingidas pela hanseníase no Brasil, em três diferentes âmbitos interacionais: “conversações informais entre moradores de antigos hospitais-colônia, textos publicados pelo *Jornal Morhan*<sup>1</sup> e matérias publicadas por *Folha de S. Paulo* e *O Globo*” (Ibid., p. 121). Com isso, ele se junta a outros autores da tradição deliberacionista - como Francesca Polletta e John Lee (2006), Jurg Steiner (Steiner *et al.*, 2012) e Rousiley Maia (Garcêz; Maia, 2009; Maia; *et al.*, 2017; Marques; Maia, 2008) – que defendem que a deliberação pode ser enriquecida pela inclusão de formas de comunicação não limitadas à argumentação crítica.

## Reconhecimento e deliberação

Nesse segundo momento da discussão teórica, buscaremos refletir sobre como as lutas por reconhecimento e a democracia deliberativa podem ser benéficas uma à outra. Antes disso, contudo, é importante introduzir a teoria do reconhecimento, através, principalmente, das obras de Charles Taylor (1995) e Axel Honneth (2003). De acordo com Taylor, a característica fundamental da vida humana, através da qual constituímos nossas identidades, é seu caráter dialógico. Segundo esse entendimento, nós não adquirimos as linguagens necessárias para nossa autodefinição em isolamento, mas através do diálogo com outros que importam para nós, que G.H. Mead denominou “outros significantes”. Sendo assim, o reconhecimento recíproco aparece, com o advento da modernidade, como elemento crucial para a formação da identidade, ao passo que sua ausência pode causar dano e opressão.

---

<sup>1</sup> Morhan é o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase

Mais do que isso, baseado nas obras de Mead e Hegel, Honneth (2003) acrescenta que os processos de transformação da sociedade são consequências diretas das lutas moralmente motivadas dos grupos sociais pelo estabelecimento de formas ampliadas de reconhecimento. A reprodução da vida social depende do reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando, assumindo as perspectivas de seus parceiros de interação, são capazes de se ver como seus destinatários sociais (Ib., p. 155). Nessa concepção, a autorrealização ligada ao reconhecimento é necessária a uma sociedade justa, enquanto as formas de desrespeito vinculadas ao falso reconhecimento são consideradas injustas não apenas porque interferem na liberdade e infligem danos aos sujeitos, mas porque ferem a compreensão positiva que eles têm de si mesmos.

Ao descrever a estrutura das relações sociais de reconhecimento, Honneth identifica três formas de reconhecimento e suas respectivas formas de desrespeito. As primeiras são as relações primárias (amor e amizade), relações jurídicas (direitos) e comunidade de valores (solidariedade/estima social), já as últimas são maus-tratos e violação, privação de direitos e exclusão, e degradação e ofensa. Como elas serão aplicadas à análise de conteúdo da próxima seção, é importante descrevê-las brevemente.

Seguindo os escritos do jovem Hegel, Honneth considera que as ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, simbolizadas principalmente pela relação mãe-filho, representam a primeira etapa do reconhecimento recíproco, porque é a partir da confiança na dedicação materna que a criança adquire a segurança emotiva necessária para desenvolver outras formas de autorrespeito. Os maus-tratos e a violação são as formas de desrespeito associadas às relações primárias justamente porque, com eles, o sujeito perde a confiança adquirida através do amor, sofrendo um desmonte de sua identidade. O segundo tipo de reconhecimento recíproco, por sua vez, repousa nas relações jurídicas: para reconhecermos a nós mesmos como portadores de direitos, é preciso que saibamos quais obrigações devemos cumprir em relação aos outros membros da coletividade. O autorrespeito conquistado por meio do status de ser um parceiro de igual valor nas interações sociais é minado, então, pela experiência da privação de direitos e exclusão. Já a solidariedade (ou estima social) se aplica às propriedades e capacidades particulares dos indivíduos, sendo definida intersubjetivamente com base nos padrões culturais da sociedade. Por fim, a última forma de desrespeito, associada à ofensa e à degradação, refere-se ao valor negativo conferido às características de alguns indivíduos e grupos, o que acarreta perda de autoestima pessoal.

Na trilha da teoria do reconhecimento, Anna Elisabetta Galeotti (2002) argumenta que a preocupação pública com as diferenças é um instrumento para reverter a desigualdade de acesso aos bens sociais e

participação na sociedade, resultante da exclusão daqueles que estão distantes dos padrões sociais hegemônicos. Segundo ela, o reconhecimento das diferenças na esfera pública proporciona o redesenho dos padrões de civilidade, propriedade e normalidade. Evidentemente, há diversas desvantagens materiais ligadas ao pertencimento a determinados grupos que não serão completamente resolvidas através de políticas simbólicas de reconhecimento. Ainda assim, estabelecer um compromisso com essas políticas é uma iniciativa importante para remover os obstáculos que impedem alguns indivíduos e grupos de exercerem a plena cidadania.

Considerando as postulações de Galeotti, defendemos que o reconhecimento das diferenças na esfera pública exige sua democratização e abertura para a participação de grupos diversos. Isso porque a autodefinição das pessoas necessita do engajamento em tais atividades e, para tanto, é fundamental que tenhamos direitos iguais de participar na determinação de seu curso. Assim, a participação de pessoas pertencentes a grupos socialmente minoritários nos processos deliberativos é benéfica tanto do ponto de vista do reconhecimento quanto da deliberação, pois proporciona a percepção e a articulação dos grupos em relação a suas diferentes preocupações, e possibilita que ações efetivas sejam tomadas em favor de uma variedade de necessidades e interesses (Gould, 1996, p. 181).

Além disso, de acordo com James Bohman (2007) a presença de perspectivas<sup>2</sup> plurais aumenta a qualidade das deliberações porque reduz os erros cognitivos a que grupos homogêneos são mais vulneráveis. Nesse sentido, o princípio da diversidade proposto pelo autor é útil não apenas para chegar a decisões coletivas boas, mas para evitar as ruins. A relevância da diversidade, portanto, não está simplesmente em chegar a decisões corretas, mas na possibilidade de que diferentes perspectivas interajam e informem umas às outras, abrindo espaço para a revisibilidade da deliberação.

Feito esse resgate das teorias do reconhecimento e da democracia deliberativa, constata-se a existência de afinidades entre ambas: herdeiras da Escola de Frankfurt, as duas correntes de pensamento inauguraram um novo momento da teoria crítica ao destacarem os debates filosóficos concernentes às relações intersubjetivas, dando ênfase à importância da comunicação para o estabelecimento da justiça (Mendonça, 2011). Nesse sentido, é possível - conforme indicado por diversos trabalhos, entre os

---

<sup>2</sup> Vale salientar que as perspectivas, segundo Bohman, mas também na obra de Young (1997) diferem dos interesses e opiniões. Embora os três sirvam de instrumentos para representar as pessoas, as perspectivas estão relacionadas às localizações sociais estruturais decorrentes das diferenciações de grupos (como raça, gênero, sexualidade, classe e outros). Apesar de esses posicionamentos sociais condicionarem as vidas das pessoas, eles não definem suas identidades e preferências. Além disso, as perspectivas não visam promover resultados específicos durante as deliberações, mas estimulam pontos de partida para a discussão.

quais destaco novamente a tese seminal de Ricardo Fabrino Mendonça - construir lutas deliberativas por reconhecimento:

A deliberação que defendemos é receptiva à diferença exatamente porque não requer o apagamento do eu. Essa visão é facilmente aliável à das lutas por reconhecimento. Visto que tais lutas se conformam, muitas vezes, na expressão pública da diferença que não aspira ao alcance de consensos, mas ao reconhecimento de posições, valores, crenças e preferências, elas podem ser buscadas deliberativamente (MENDONÇA, 2009, p. 98).

Entendendo que é por meio dos fluxos comunicativos que atravessam diferentes arenas e contextos de interação, que as lutas por reconhecimento se manifestam e edificam (Ib., p. 113), pesquisadores como Mendonça (2012, 2011, 2009; Mendonça; Maia, 2009; Mendonça; Simões, 2012), Maia (Garcêz; Maia, 2009; Maia, *et al.*, 2017), Garcêz e Cal (Garcêz; Cal, 2013) têm promovido uma série de estudos, teóricos e empíricos, que buscam destrinchar as relações entre reconhecimento e deliberação, seu desenvolvimento em diferentes esferas (como a grande mídia, a *internet*, espaços institucionais, conversas informais e outras), bem como suas contribuições para a construção de uma democracia mais inclusiva. Seguindo essa linha, observaremos, neste trabalho, como a construção de lutas deliberativas por reconhecimento se dá (ou não) no programa televisivo escolhido.

## Reconhecimento e deliberação no Encontro com Fátima Bernardes

O Programa Encontro com Fátima Bernardes<sup>3</sup>, transmitido pela Rede Globo desde junho de 2012 durante as manhãs de segunda a sexta-feira, e classificado pela emissora como pertencente ao gênero “Auditório e variedades”, é marcado por uma mistura entre entretenimento e pautas jornalísticas. Tendo a sua frente a jornalista Fátima Bernardes, ex-âncora do Jornal Nacional, o programa, que dura pouco mais de uma hora, se propõe a debater temas atuais com a participação de famosos, especialistas e pessoas da plateia (sendo que em duas edições analisadas, devido à pandemia de covid-19, a plateia era apenas virtual, tendo participação reduzida nas discussões). Além disso, é comum que sejam produzidas edições especiais em homenagem a datas específicas, como é o caso das que analisaremos a seguir.

---

<sup>3</sup> Em julho de 2022, Fátima Bernardes deixou a apresentação do Encontro e foi substituída pelos jornalistas Patrícia Poeta e Manoel Soares. Com isso, a atração passou a se chamar “Encontro com Patrícia Poeta”, o que levantou questionamentos, principalmente de pessoas negras, sobre a ausência do jornalista no nome do programa.

Segundo definição do site Memória Globo: “O *Encontro* traz informação, matérias de comportamento, prestação de serviço, humor, música e interatividade com o público, em um tom informal que privilegia a conversa. Personagens comuns personificam os temas em discussão, sempre ligados à atualidade.” (Memória Globo, 2022). Já segundo as palavras da própria apresentadora: “Mesmo quando as pessoas não estão percebendo, a gente está sempre falando de respeito, empatia e diferença no *Encontro*” (Bernardes, 2022). Sendo assim, o objetivo do programa de ser um espaço para as “conversas cotidianas” combinado à ênfase em temáticas relacionadas às diferenças e ao respeito, fazem do *Encontro* um interessante objeto de análise para pesquisas que buscam observar o desenvolvimento de processos deliberativos e de reconhecimento no âmbito dos meios de comunicação de massa.

Vale salientar que embora o programa não seja desenhado como um fórum público e de fácil acesso, o que, por si só, limita as possibilidades de deliberação, ele se apresenta como, de certa maneira, aberto às demandas da sociedade civil, inclusive pela tentativa de trazer pessoas “comuns” para discutir as questões em pauta. Evidentemente, isso está longe de ser o ideal, mas, entre os programas televisionados pelas maiores emissoras da televisão aberta brasileira, o *Encontro* parece ser o mais propício a abarcar e estimular algum grau de deliberação. Além disso, diferentemente de outros programas de entretenimento, o *Encontro* tem uma forte interface com o jornalismo, contando com reuniões de pauta para definir as temáticas abordadas nas edições, e assimilando em diversos momentos de sua programação conteúdos e trocas com setores jornalísticos da emissora, o que indica algum nível de comprometimento com premissas de pluralidade relacionadas ao jornalismo. Por último, não é a pretensão deste artigo afirmar que processos de lutas deliberativas por reconhecimento podem ser identificados com base em apenas três edições específicas. A ideia, na verdade, é ter um panorama de como as lutas por reconhecimento têm sido exploradas na programação e se sua abordagem vem acompanhada de interações comunicativas que promovem ou, pelo menos, incentivam trocas deliberativas (as quais, ainda que pontuais, podem ser integradas a um contexto mais amplo e processual de deliberação).

Antes de nos aprofundarmos nas edições selecionadas, apresentaremos as categorias utilizadas para a análise de conteúdo, que nos auxiliarão a identificar tanto a abordagem das pautas de reconhecimento, quanto a existência e a qualidade das deliberações. Em primeiro lugar, as categorias voltadas para o tema do reconhecimento são baseadas na formulação de Axel Honneth, descrita na seção anterior (reconhecimento como afeto, direito e estima/solidariedade; e desrespeito ou falso reconhecimento

como maus-tratos/violação, privação de direito/exclusão, e degradação/ofensa). Já as categorias que concernem à deliberação correspondem a uma amálgama entre os princípios da deliberação formulados por Gutmann e Thompson (com o acréscimo do princípio da “inclusão”, proposto por Young), e os indicadores da deliberação mediada propostos por Rousiley Maia (2008a, 2008b). A seguir, introduziremos os quatro indicadores idealizados por Maia, e, concomitantemente, eles serão relacionados às categorias utilizadas no trabalho.

O primeiro indicador é a “Acessibilidade e caracterização dos participantes”, que questiona quem ganha acesso aos veículos midiáticos, de que forma (como objeto da narrativa, tendo sua fala incorporada ao programa ou através de discurso autoral), em que situação e por quanto tempo. Neste artigo, consideramos que “objetos da narrativa” são as pessoas mencionadas ao longo do programa, mas que não aparecem; “fala incorporada” faz referência a pessoas que têm falas reproduzidas na edição; já o discurso autoral diz respeito a pessoas que participam do programa ao vivo e, portanto, não podem ter suas falas editadas. No caso das pessoas que dão depoimentos em reportagens e matérias do programa, a classificação é tanto de “fala incorporada” quanto “autoral”. Como categoria de análise, esse indicador foi chamado de “Inclusividade”.

O segundo indicador é a “Utilização de argumentos”, que recebe o mesmo nome como categoria de análise, e consiste em indagar se os participantes apresentam razões ao expor seus interesses, perspectivas e preferências. Na categoria correspondente a esse indicador, nos valem de quatro subcategorias, com base na proposição de Young (1996): a) argumentação crítica; b) narrativa; c) retórica; d) saudação. O terceiro indicador, por sua vez, é a “Reflexividade/revisibilidade de opiniões”, que busca observar se ao longo da deliberação há mudanças de posicionamento dos atores. O quarto e último indicador é a “Reciprocidade/responsividade”, em que se observa se os envolvidos justificam suas falas e ações de modo compreensível aos demais, e se há possibilidade de troca efetiva entre os sujeitos.

A codificação dos programas foi feita através do *software* de análises qualitativas *Atlas.ti*, e as categorias foram atribuídas ao longo dos parágrafos de falas transcritas, ou de acordo com trechos de diálogos e reportagens. Em relação aos números gerais das categorias, constatamos que o “uso de argumentos” é a categoria mais frequente e, dentro dela, se destaca a subcategoria “retórica”. Em segundo lugar, aparece a categoria “reconhecimento”, sendo que o “reconhecimento como estima” se sobressai. A “inclusividade” é a terceira categoria mais citada, e sua subcategoria mais codificada é o “discurso autoral”. Em seguida, temos o “falso reconhecimento”, com destaque para a “privação de

direitos/exclusão”. Já as categorias que menos aparecem no programa são, respectivamente, “reciprocidade/responsividade” e “reflexividade e revisibilidade de opiniões”, sendo que esta última marca presença apenas na edição do dia do Orgulho LGBTQIA+.

Além das categorias introduzidas, foram identificadas também a instrumentalização de pautas ligadas ao reconhecimento para promover produtos da emissora ou de empresas patrocinadoras e a presença recorrente de discursos sobre representatividade - ambas com maior frequência no Dia da Mulher. Nas próximas subseções, destrincharemos os dados de cada uma das edições, dando exemplos de como as categorias foram mobilizadas em seus discursos. Mas, antes disso, seguem duas tabelas com os números relativos às categorias mais presentes nas edições analisadas:

**Tabela 1** – Uso de argumentos nas edições do Programa *Encontro*

USO DE ARGUMENTOS	DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA (19.11.2021)	DIA DO ORGULHO LGBT (28.06.2021)	DIA DA MULHER - (08.03.2021)	TOTAL
ARGUMENTAÇÃO CRÍTICA	7	4	2	13
NARRATIVA	9	2	13	24
RETÓRICA	22	14	22	58
SAUDAÇÃO	5	8	4	17
TOTAL	43	28	41	112

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 2** – Formas de reconhecimento nas edições do Programa *Encontro*

RECONHECIMENTO	DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA (19.11.2021)	DIA DO ORGULHO LGBT (28.06.2021)	DIA DA MULHER - (08.03.2021)	TOTAL
AMOR	4	9	1	14
DIREITOS	4	16	5	25
SOLIDARIEDADE	23	9	20	52
TOTAL	31	34	26	91

Fonte: Elaboração própria

## Dia da Mulher

Ao longo da edição especial do Dia Internacional da Mulher, que Fátima faz questão de ressaltar ter sido realizada majoritariamente por mulheres, mais de 20 mulheres aparecem em algum momento, embora apenas nove recebam destaque e oportunidade de falar. Entre as nove, cinco são mulheres

negras e quatro são brancas, sendo que uma delas é a própria apresentadora. Todas são mulheres cisgênero, e suas orientações sexuais não são mencionadas.

Ao longo do programa, as duas categorias mais frequentes são “Uso de argumentos” e “Inclusividade”, ao passo que a categoria menos frequente (excluindo-se “reflexividade/revisibilidade, que não aparece em nenhum momento) é, assim como nas demais edições, a “reciprocidade/responsividade”. O “uso de argumentos” consta em 30 falas, sendo que 22 delas correspondem à subcategoria “retórica”. Já a “inclusividade” é observada em 24 momentos, 18 deles constituídos por discursos autorais (essa foi a edição com maior frequência tanto da categoria quanto da subcategoria em questão). Já o “reconhecimento” está presente em 23 falas, 20 associados à estima social. O “desrespeito”, por sua vez, aparece 12 vezes, e está quase igualmente distribuído entre as subcategorias.

Logo no início da edição, Fátima anuncia a participação da cantora Fafá de Belém, que faz aparições virtuais em diferentes momentos até o fim do programa. Em seguida, a apresentadora ressalta que a data é um símbolo de luta pelos direitos das mulheres. Ao longo do programa, o termo “luta” é utilizado nove vezes, sempre em relação a algum tipo de enfrentamento a formas de desrespeito vivenciadas por mulheres.

00:48 Fátima - Dia 8 de março: há mais de um século essa data é um símbolo da luta pelos direitos das mulheres. No Brasil, nós temos 51% da população. Então, pra abrir esse programa especial, nós convidamos 12 mulheres pra representar todas nós, brasileiras. Inclusive você, que nos acompanha todos os dias aí do outro lado da telinha. São essas que estão aqui no telão, ó, vou mostrar pra você. Então, aqui tem mulheres casadas, tem solteira, divorciada, com filho, sem filho. Tem atleta, tem dona de casa, tem empresária, influenciadora digital. Tem freira, tem candomblecista, tem dançarina, tem mecânica, tem professora, tem médica, tem guarda municipal, tem gari. Ou seja, a gente propôs um desafio pra essas mulheres que estão representando todas nós, né? Elas teriam que gravar um clipe dançando e utilizando objetos do cotidiano delas ao som da música "Dona de mim". (Encontro, 2021a).

Como observado pela fala acima, a questão da representatividade também se faz presente na narrativa da edição, aparecendo mais 11 vezes até a conclusão do programa. Nessa fala, além da presença das pautas já destacadas, observamos ainda a ideia de reconhecimento como direito, e a ênfase na diversidade, com mulheres de diferentes profissões, religiões, idades e cores. Mas, apesar de terem suas imagens exibidas, a maioria delas é tratada apenas como objeto da narrativa. Afinal, embora sejam referenciadas, essas mulheres não têm voz no programa, e sequer chegamos a saber seus nomes. As únicas que recebem destaque e são nomeadas são as artistas Jeniffer Nascimento e Sophia Abrahão.

Após o clipe, a apresentadora recebe uma das mulheres anônimas no estúdio. Ao recebê-la, sua fala mistura a saudação e o reconhecimento como estima social: “A Marilyn é mãe, é guarda municipal, é atleta. É atleta do pentatlo! É a única atleta de pentatlo (...) pentatlo moderno com mais de 40 anos. Muito obrigada por estar aqui com a gente, viu? Parabéns pelo nosso dia, né?” (Encontro, 2021a). Durante a participação de Marilyn, são discutidas as diversas atividades exercidas pela guarda municipal em seu cotidiano, com destaque para a ronda Maria da Penha - o que enseja uma denúncia sobre o aumento da violência doméstica durante a pandemia. Pouco depois, Fafá de Belém volta a aparecer, dialogando com a pauta anterior.

Fafá – (...) Nós não temos mais meter a colher na briga de marido e mulher. Então, uma denúncia sobre uma mulher que tá passando... sob tortura psicológica, que é como começa a violência doméstica, é muito importante pra que nós estejamos juntas. E uma colabore com a vida, com o ser dona de cada uma, que nós temos que ser. É maravilhoso... (Encontro, 2021a).

Essa fala é um exemplo de como a ideia de empoderamento e de união feminina estão presentes ao longo da edição. Por outro lado, mais do que nos programas especiais do Dia da Consciência Negra e do Orgulho LGBTQIA+, essas pautas são cooptadas por interesses comerciais. Um dos momentos em que isso acontece é durante a exibição de uma peça publicitária de um produto capilar. Nessa peça, somos apresentados à história de uma mulher negra do Conjunto de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro. E, tanto durante a fala introdutória da apresentadora quanto durante o filme publicitário, são vinculadas ao produto vivências de “mulheres reais”, envolvendo formas de desrespeito e lutas por reconhecimento.

Outro exemplo é uma “dobradinha” entre Fátima Bernardes e Fafá de Belém: inicialmente, é exibido um vídeo da cantora, postado em seu *Instagram*, pedindo desculpas ao público por deixar seus cabelos brancos. Quando a apresentadora questiona o porquê de a cantora ter se desculpado, Fafá explica que fez uma reflexão sobre o quanto as mulheres pedem desculpas, e emendou afirmando que foi convidada pela *EQilibri*, “o *snack* que apoia as mulheres”, para participar do movimento “me gosto sem desculpa”. Ao longo do diálogo, as mulheres articulam à venda do produto ideias de reconhecimento como estima, denúncias de desrespeito como ofensa, e elementos de retórica. A estratégia, inclusive, se apropria de termos ligados a lutas sociais e políticas - como o termo “movimento” - na busca por mais engajamento nas redes sociais.

De forma ainda mais sutil, a última referência de mercadorização de pautas sociais diz respeito à discussão sobre um produto da própria TV Globo, como é comum acontecer no *Encontro*. Pouco antes

da metade do programa, Fátima anuncia a exibição do especial “Falas femininas” na programação noturna da emissora. Para falar sobre o especial, que conta a trajetória de cinco mulheres, ela convida (também por meio virtual) uma das mulheres em questão, a estudante e rapper Carol Dal Farra, além de Valéria Almeida, jornalista da Globo, que faz participações recorrentes no *Encontro* e participou da equipe do especial.

Antes de as duas mulheres aparecerem, são exibidas imagens de Dal Farra junto a uma narração que resume sua história de vida. A narrativa, sob uma ótica de superação, passa pelas formas de desrespeito vivenciadas pela estudante, como a violação e a exclusão, e leva a formas de reconhecimento como o amor, o direito e a estima. Durante a conversa de Dal Farra com Fátima Bernardes, por exemplo, enfatiza-se que foi com a entrada na universidade que a rapper se sentiu pela primeira vez “dona de si”, sentimento associado a autoestima e ao autorrespeito.

Para ilustrar a representatividade da história e criar, através de recursos retóricos, um apelo emocional ainda mais forte, o programa se vale da identificação entre as trajetórias de Dal Farra e Valéria Almeida, ambas mulheres negras que passaram por dificuldades econômicas e familiares. É exibido, então, um *making-of* do “Falas femininas”, em que as duas conversam, emocionadas, sobre as dificuldades semelhantes pelas quais passaram, mas também sobre a solidariedade entre mulheres. Ao todo, a edição contabiliza mais de 21 minutos, dentro de pouco mais de uma hora de programa, em que as pautas de reconhecimento se misturam à publicidade.

## Dia do Orgulho LGBTQIA+

O programa especial do Dia do Orgulho LGBTQIA+ foi interrompido uma série de vezes e teve quadros cortados devido à cobertura da morte de Lázaro Barbosa, assassino que vinha sendo procurado por semanas e morreu após confronto com a polícia de Goiás. Com isso, o programa perdeu, aproximadamente, 29 minutos (no dia 30 de junho, para compensar, a edição contou com 15 minutos dedicados a pautas que deveriam ter sido abordadas no dia 28). Do início ao fim dessa edição, a apresentadora conta com a presença - dentro do estúdio - do economista e ex-participante do Big Brother Brasil, conhecido como Gil do Vigor.

Considerando os dias 28 e 30 de junho, 16 pessoas - incluindo a apresentadora - têm algum tipo de destaque. Uma delas é uma pessoa transexual não binária, sete são mulheres (duas mulheres

transexuais e cinco mulheres cisgênero), e oito são homens (um homem transexual, dois performando como drag, logo, com identidades femininas, e cinco homens cisgênero). Quase todas as pessoas se identificam como LGBTQIA+, com exceção da apresentadora e da mãe de um dos convidados. Além disso, seis pessoas são negras, enquanto 10 são brancas.

Entre as edições analisadas, essa é a que tem menor presença das categorias “uso de argumentos” e “inclusividade”, possivelmente devido à redução do tempo do programa. O uso de argumentos foi observado em 23 momentos, sendo que 14 deles marcados pela subcategoria “retórica”. A “saudação”, por sua vez, aparece oito vezes – o maior número entre as três edições. A categoria “inclusividade” foi codificada em 14 momentos: a maioria deles vinculados a “discursos autorais”. A reciprocidade, assim como na edição do Dia da Mulher, marca presença apenas três vezes. A categoria mais recorrente na edição é o “reconhecimento”, que corresponde a 26 codificações, boa parte associada ao “reconhecimento como direito”. Além disso, com nove codificações, essa é a edição com a maior presença do “reconhecimento como amor”. Já as falas sobre “desrespeito” surgem 14 vezes, nove delas associadas à privação de direitos e exclusão.

O programa do dia 28 de junho começa com a apresentadora saudando a presença de Gil do Vigor no estúdio, e ressaltando que, devido à data especial, o programa falaria sobre “diversidade, amor e respeito”. Mas, ainda no primeiro minuto, a edição é interrompida e volta apenas 10 minutos depois. Ao retornar, Fátima Bernardes dá o tom das discussões que se seguirão: a data especial é tida como um dia de luta por direitos e celebração de conquistas. Além disso, afirmando a importância da “diversidade” na trajetória do programa, Bernardes apresenta, junto a imagens no telão, uma série de convidados gays, lésbicas, bissexuais e transexuais que já passaram pelo *Encontro*, desde anônimos até artistas famosos. Mais à frente no programa, a apresentadora convida a cantora Pablllo Vittar para se juntar a ela e Gil no estúdio e questiona a ambos o que mais admiram um no outro:

31:45 Gil – (...) Nós, é... Por estarmos no Brasil, que é um país que mais mata LGBTQIA+, temos medo. Esse medo é diário. É medo de se colocar, de se jogar, de ser quem é, de sair na rua, sabe? Com orgulho, bater no peito... Por que tem medo. E quando eu olhava pra ela sendo corajosa, colocando as letras e falando assim: "tudo vai ficar bem".

(...)

32:37 Fátima - E você, Pablllo? O que você admira no Gil do que você já conhece?

32:40 Pablllo - Tudo. (...) Ele fala muito de representatividade, mas o Gil, por si só, em olhar pra a história dele, a gente vê quantas pessoas você já não deve ter inspirado lá onde você morava, por onde você passou. (...) Imagina que tem um monte de gente em casa que assistiu e tá vigorando agora por sua causa também. (Encontro, 2021b)

Além de trazer à tona a pauta da representatividade, e transmitir, através de elementos retóricos, o medo da violação e da exclusão, mas também a importância do reconhecimento como estima, tanto o ex-BBB quanto a cantora salientam em suas falas a relevância da mídia para a reflexividade. Embora o programa seja caracterizado por discussões em que os convidados, em geral, seguem a linha da apresentadora, acrescentando apenas relatos pessoais, e, portanto, a reflexividade e revisibilidade estejam praticamente ausentes nas edições analisadas, Gil e Pablo se referem aos espaços de visibilidade midiática como promotores de transformação na audiência. A apresentadora também demonstra expectativas quanto a isso, ao mencionar que a maior presença de pessoas LGBTQIA+ na televisão pode ajudar a mostrar às crianças e às famílias a “naturalidade” da diversidade.

Como mencionado, o *Encontro* tem pouco espaço para conflitos e discordâncias. O único momento em que uma tensão ficou explícita ocorreu no encerramento dessa edição. Devido à redução de tempo do programa, alguns convidados anônimos (que participavam de forma virtual) não tiveram oportunidade de falar. Com isso, durante o pedido de desculpas de Fátima e seu convite para que voltassem em outro dia, Alzyr, uma pessoa trans não binária, levantou uma placa com a frase: “Mais uma vez calada, queremos voz!”.

Na edição de 30 de junho, as pessoas que compunham a plateia virtual do dia 28 voltam por 10 minutos, mas, antes disso, o programa exibe uma reportagem de cinco minutos sobre um motoboy carioca, seu autorreconhecimento como homem transexual e as transformações na relação com sua mãe. Novamente, a edição apresenta a história sob uma ótica de sofrimento e superação. O rapaz de 28 anos, Alan, conta na matéria sobre os conflitos internos pelos quais passou desde a infância até se reconhecer como homem transexual e, posteriormente, ter coragem de revelar para a mãe. Combinando retórica e narrativa, a reportagem, por meio dos depoimentos de Alan e de sua mãe, põe em relevo formas de desrespeito que afetam a autoestima, e, por outro lado, formas de reconhecimento que, através do afeto, constituem a autoconfiança dos sujeitos.

03:34 Alan – (...) Sempre tive ela como tudo, como a base da minha vida. Ela sempre vinha com algumas falas, sempre vinha jogando piada, falando besteira, e aquilo me frustrava, me deixava muito triste, porque eu queria muito aquele acolhimento dela. Ela não é também de se expressar muito, né.

(...)

04:01 Repórter - Você tem certeza disso? Porque ela te mandou um recado.

(...)

04:10 Mãe de Alan - Olá, Alan. Essa oportunidade custou, mas chegou, né? Pra que todo mundo no mundo inteiro vai saber o quanto eu me arrependo de ter dito certas coisas pra você, Alan. Me perdoa, às vezes, de eu errar o nome, essas coisas todas, Alan. Não é por mal. Mas se você tá feliz, eu tô feliz com você, Alan.

(...)

04:48 Alan - Pô, passei a vida inteira esperando, sabe, isso, e... nem sei o que dizer. Eu não sei dizer, sério. É difícil, não consigo falar agora. Só de saber que ela pensa assim, né? (...)  
(Encontro, 2021c)

Após a matéria, a apresentadora passa a conversar com integrantes da plateia virtual, especificamente, Maycon e Alzyr. O primeiro é um homem que, em 2019, revelou ser gay na plateia do Encontro e voltou para contar sobre a reação de sua mãe e a importância do acolhimento recebido. Já Alzyr é apresentada como pessoa não binária e presidenta de uma ONG que acolhe pessoas LGBTQIA+ violentadas ou em situação de risco. Durante a conversa, com uma atitude responsiva, mas que a própria Fátima afirma também como reflexiva, a apresentadora relembra o momento em que, no programa do dia 28, Alzyr protestou por ser silenciada.

09:47 Fátima - E aí, Alzyr, eu fiquei pensando, e fiquei pensando assim: Quantas vezes você já deve ter sido calada? Pra você sentir naquele momento a necessidade de se expressar daquela maneira, né? Eu fiquei pensando assim: Quantas vezes você tentou e você não conseguiu falar, a ponto de você precisar, mesmo sabendo que você ia voltar num outro dia, naquele dia do orgulho LGBTQIA+, você quis marcar uma posição ali. Quantas vezes você já foi calada?

10:41 Alzyr - Pois é. Olha, Fátima, aquele dia era um dia muito importante para nós da população LGBT, né? E todos os dias... Pra mim, na verdade, todos os dias é dia de orgulho. É o dia da nossa luta, é um dia de enfrentamento, porque a cada 20 horas uma pessoa LGBT é violentada, é violada no Brasil, é assassinada, né? Então, assim, todos os dias nós somos caladas, todos os dias nós somos calados, sabe? (Encontro, 2021c)

A partir dessas falas e argumentos, Fátima destaca a importância da perspectiva trazida por Alzyr, que a apresentadora trata como contraponto às histórias de aceitação apresentadas anteriormente. As duas passam a dialogar, então, sobre as diversas formas de desrespeito vivenciadas por pessoas LGBTQIA+, como a violência, o abandono, a exclusão e a degradação, o que leva Alzyr a falar sobre o trabalho de acolhimento e geração de oportunidades desenvolvido em sua ONG. Antes de finalizar a edição, falando de amor, respeito e oportunidades, Bernardes enfatiza novamente a proposta do programa de dar visibilidade aos grupos oprimidos.

## Dia da Consciência Negra

O programa dedicado ao Dia da Consciência Negra, diferente dos outros dois, não é apresentado por Fátima Bernardes, mas pelos jornalistas Manoel Soares e Patrícia Poeta, que ocasionalmente substituem a apresentadora. Na data em questão, a substituição se deveu a um problema de saúde pelo qual Bernardes precisou se afastar. Ao longo do programa, 11 pessoas negras - entre jornalistas e convidados - receberam destaque (sete mulheres e quatro homens), ao passo que apenas uma pessoa branca, Patrícia Poeta, teve protagonismo.

A categoria mais frequente na edição foi o “Uso de argumentos” (30 vezes), e dentro dela, a subcategoria da “Retórica” (22 vezes). Em seguida, temos a categoria “Reconhecimento”, que entre suas 27 menções, teve 23 atribuídas ao “reconhecimento como solidariedade”, e apenas quatro ao “reconhecimento como direito” (a menor quantidade entre as edições analisadas). A categoria da “Inclusividade”, por sua vez, teve 18 menções, sendo que a maioria foi de discursos autorais. Já as formas de “Desrespeito” totalizam 11 aparições, sete delas referentes à privação de direitos e exclusão. Por fim, a “Reciprocidade/responsividade” aparece apenas cinco vezes; ainda assim, essa é a edição com maior presença da categoria em questão.

Assim como na edição em homenagem ao Orgulho LGBTQIA+, a celebração deu a tônica do Dia da Consciência Negra. Aliado a isso, o programa tem muitas referências à música, dança e ancestralidade. O bordão que guia a edição, e é repetido pelos apresentadores do início ao fim, é um modo de exaltar a negritude e uma tentativa de desconstruir estereótipos racistas: “Se a coisa tá preta, a coisa tá boa”. Por outro lado, há também momentos que, revestidos de irreverência e homenagem, podem reforçar formas de desrespeito e concepções problemáticas sobre questões raciais.

Exemplos disso são as recorrentes associações – que, em determinadas circunstâncias, dentro e fora do programa, podem ser tidas como reduções - da negritude à música e samba, além das menções do apresentador Manoel Soares a uma suposta negritude de Patrícia Poeta. Essa lógica, que se pretende celebratória da associação entre brasilidade e miscigenação, é usada, muitas vezes, para justificar e desresponsabilizar atitudes de degradação e ofensa por parte de pessoas brancas em conversas cotidianas. Além disso, em alguns momentos da edição, esse tipo de colocação dá margem à interpretação de que só precisa ser antirracista quem se identifica de alguma forma com o povo negro. O diálogo a seguir ilustra a problemática.

18:25 Manoel - A gente fica aqui falando da inspiração do povo preto, mas assim, você tem preta nesse coração aí que eu sei também, na hora que o samba toca você vem, você é uma pessoa sensível. De onde é que vem a sua inspiração?

18:44 Patrícia - Você sabe que eu escuto samba todos os dias? (Encontro, 2021d)

Como já foi dito, outra característica marcante da edição são as referências à ancestralidade. Isso ajuda a explicar o fato de, entre as três edições analisadas, o Dia da Consciência Negra ter mais menções tanto a pessoas que não participam do programa (citadas como inspirações para os falantes), quanto à estima social como forma de reconhecimento - já que, em geral, as pessoas homenageadas têm seus atributos particulares ressaltados e valorizados. Esse tipo de interação acontece durante o quadro “Qual personalidade negra te inspira?”, mas também no resto da edição, em conversas entre os dois apresentadores e a cantora Gaby Amarantos, a única convidada presencial do dia.

No quadro mencionado acima, personalidades como as atrizes Zezé Motta e Taís Araújo, o ex-goleiro Aranha e o ator Romeu Evaristo discorrem sobre suas inspirações, destacando, principalmente, a importância de se verem representados e, com isso, estimulados a ocuparem espaços historicamente dominados por grupos brancos. Quando o programa volta ao estúdio, o telão que compõe o cenário está preenchido pelas imagens das pessoas mencionadas, entre as quais estão Elza Soares, Lélia Gonzalez, Lázaro Ramos, Milton Santos e outros. Pouco depois, Gaby Amarantos é questionada sobre o que lhe vem à cabeça ao olhar para as figuras no telão. O diálogo que se segue é representativo de algumas das observações feitas até aqui, pois remete ao tom celebrativo do programa, à associação entre ancestralidade e estima, à tentativa e dificuldade de desconstruir estereótipos, mas, além disso, vincula também as lutas sociais à ideia de reconhecimento como direito.

13:44 Gaby - Pra mim é ancestralidade. Por que todas essas pessoas lutaram e pavimentaram uma estrada pra que hoje a gente possa começar a caminhar. E antes deles também vieram outras pessoas que lutaram pra que a gente pudesse estar aqui comemorando, celebrando. (...) Mas é, eu lembro muito de ancestralidade, é potência, é intelecto, é cultura. Pra mim é muito também da cultura brasileira, desse resgate cultural que a gente tem que fazer, porque se a gente for pensar na nossa cultura, de um modo geral, ela bebe muito na fonte da cultura preta. Desde o samba, desde tudo, tudo.

14:30 Patrícia - É verdade. Samba, nossa! Como é que diz a música: "Quem não gosta de samba, bom sujeito não é"... (Encontro, 2021d)

Já ao final do programa, citando a diretora da Anistia Internacional, Jurema Werneck, com a frase “os nossos passos vêm de longe”, o apresentador abre espaço novamente para o tema da ancestralidade.

Questionada sobre de onde vinham seus passos, Gaby se vale dos elementos da retórica e narrativa para falar de seus antepassados distantes - remetendo-se ao continente africano e ao povo indígena Juruna - mas também de seu círculo familiar. Ao falar da família, a cantora destaca a importância das relações afetivas para a construção de sua autoestima e autoconfiança.

Em outra situação, é exibida uma gravação em que a atriz Léa Garcia, mulher negra e idosa, interpretando uma *griot*<sup>4</sup>, conta para duas crianças a história dos africanos escravizados no Brasil. Segundo suas palavras, as pessoas escravizadas “perderam a identidade”, ficaram em uma “condição sub-humana”; e, hoje, portanto, “estudamos as histórias para entender as leis que buscam a igualdade de direitos entre negros e brancos”, “começamos a colher os frutos dessa luta pela igualdade que ainda é necessária para que possamos conquistar e ocupar espaços”. Agora, além do reconhecimento, formas de desrespeito são colocadas em pauta.

Outra situação na qual o uso de retórica e narrativa foi mobilizado para pautar formas de desrespeito – dessa vez com um caráter de denúncia, contrastando com o tom usual do programa – consiste no depoimento de Júlio, um rapaz negro, identificado como influenciador. Vítima de racismo por policiais militares, ele divulgou o caso através de um vídeo que fez no momento da abordagem. Exibido pelo programa, o vídeo denuncia uma situação de degradação e privação de direitos, tendo em vista que o rapaz é tratado como inferior e cerceado em seu direito de ir e vir.

31:43 Júlio - Eu tô sendo simplesmente abordado por dois policiais aqui no centro do Rio porque ele disse que eu entrei e saí da loja muito rápido. Ele falou exatamente isso: você entrou e saiu... Aí falou que tem alguma coisa na minha cintura: meu celular na minha mão, eu com uma bolsa com máscara.

31:56 Policial - Isso é o que você está dizendo, sua palavra não tem fé pública. (Encontro, 2021d)

De volta ao estúdio, Júlio argumenta que, se não fosse o vídeo, ele poderia ter se tornado mais um nas estatísticas de pessoas pretas a serem presas ou assassinadas injustamente no país, e conclui seu raciocínio afirmando: “o problema não é um mês negro, o problema são onze meses brancos”. Pouco antes do final da edição, Patrícia Poeta lê a resposta da Polícia Militar, que se exime de qualquer responsabilidade e nega que tenha havido racismo. Depois disso, Júlio tem direito a uma tréplica.

---

<sup>4</sup> Segundo definição dada pelo próprio programa, griots são, na cultura africana, “contadores de histórias”, “guardiões da memória”.

Por fim, um último exemplo que destoa do tom predominante na edição, não apenas pela denúncia, mas também pela utilização de dados científicos e argumentos críticos, é a abertura para um quadro de outro programa da emissora, o *Bem-estar*. Trazendo os destaques da saúde, a jornalista Valéria Almeida apresenta dados produzidos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que mostram as desigualdades entre pessoas negras e brancas durante a pandemia de covid-19. Mais uma vez, o desrespeito como privação de direitos/exclusão é destacado.

## Considerações finais

Neste artigo, buscamos demonstrar a compatibilidade entre os processos deliberativos e as lutas por reconhecimento, bem como a possibilidade de ambos serem amplificados pelos meios de comunicação de massa. Por outro lado, a análise empírica realizada expõe algumas limitações tanto para a deliberação quanto para o reconhecimento em um contexto no qual os veículos de comunicação são dominados pela lógica de mercado. Ao mesmo tempo, como a análise foi realizada por meio de um mecanismo indutivo (ou seja, as categorias utilizadas foram selecionadas antes mesmo do contato com o material), um fator significativo de limitação para a deliberação constatado apenas no decorrer da codificação é que o estilo do *Encontro*, caracterizado pela leveza e pelo tom pedagógico, evita ao máximo a possibilidade de confronto de opiniões. A apresentadora conduz o programa manifestando uma linha de pensamento que guia os demais participantes, cujas falas se limitam a concordar ou acrescentar relatos pessoais.

Claramente posicionado de forma progressista, é inegável que o *Encontro* abre espaço - raro na programação da televisão aberta brasileira - para discutir temas relacionados ao reconhecimento e às opressões a minorias. Com isso, ele tem potencial para gerar reflexões que estimulem atitudes de tolerância às diferenças, assim como pode incentivar debates mais saudáveis na esfera pública. Ademais, embora não seja possível fazer uma avaliação no escopo deste artigo sobre o quão diversa é a produção do programa, ele oferece, de maneira geral, representações mais inclusivas e plurais dos grupos sociais que compõem a sociedade.

Em contrapartida, o que pudemos observar nas edições analisadas foram, sobretudo, narrativas de celebração e, em segundo lugar, denúncias sutis. Por mais que essas características, por si só, não sejam um problema, elas não vêm acompanhadas de nenhuma propositividade e efetiva troca de razões entre os falantes. Além disso, a lógica da exploração privada permite e induz, como demonstrado em

vários momentos, que pautas eminentemente políticas sejam despolitizadas e cooptadas na forma de *merchandising*.

Por fim, de modo geral, o programa aborda as lutas por reconhecimento sem fazer referência aos movimentos sociais fundamentais à sua consecução. Entre os próprios convidados, inclusive, praticamente não há pessoas engajadas em lutas coletivas ou estudiosos dos temas debatidos – o que seria de se esperar em discussões bem fundamentadas e representativas sobre os temas em questão (Maia, 2012). Esse problema, contudo, não é restrito a um programa em específico, mas reflete a estrutura altamente concentrada e privatista do sistema de radiodifusão brasileiro, em que as poucas empresas que detêm o oligopólio do setor têm a capacidade de enquadrar os assuntos de interesse público de acordo com diretrizes políticas particulares, buscando visibilizar ou invisibilizar determinadas pautas e atores.

## Referências Bibliográficas

BOHMAN, James. Political communication and the epistemic value of diversity: Deliberation and legitimation in media societies. *Communication Theory*, vol. 17, no. 4, p. 348–355, 2007.

<https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2007.00301.x>.

ENCONTRO COM FÁTIMA BERNARDES. Programa de 08/03/2021 [Dia da Mulher]. GloboPlay, 2021a. Disponível em: ><https://globoplay.globo.com/v/9329837/programa/>> Acesso em: 03. fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Programa de 28/06/2021 [Dia do Orgulho LGBTQIA+]. GloboPlay, 2021b. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9641503/programa/>> Acesso em: 03 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Programa de 30/06/2021. GloboPlay, 2021c. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9647472/programa/>> Acesso em: 05 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Programa de 19/11/2021 [Dia da Consciência Negra]. GloboPlay, 2021d. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/10055335/programa/>> Acesso em: 03 fev. 2022.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. *Toleration as recognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

- GARCÊZ, Regiane L.O.; MAIA, Rousiley C.M. LUTAS POR RECONHECIMENTO DOS SURDOS NA INTERNET: EFEITOS POLÍTICOS DO TESTEMUNHO. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 17, no. 34, p. 85–101, 2009. <https://doi.org/10.1590/s0104-44782009000300007>.
- GARCÊZ, Regiane Lucas; CAL, Danila Gentil Rodriguez. Deslizes morais na cena midiática: reprodução da intolerância ou oportunidade para novas gramáticas morais? *E-Compós*, vol. 16, no. 2, 2013. <https://doi.org/10.30962/ec.v16i2.925>.
- GOULD, Carol C. Diversity and Democracy: Representing Differences. In: BENHABIB, Seyla (ed.). *Democracy and difference*. New Jersey: Princeton University Press, 1996. p. 171–186.
- GUTMANN, AMY; THOMPSON, Dennis F. *Why deliberative democracy?* New Jersey: Princeton University Press, 2004.
- GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. *Democracy and Disagreement*. Cambridge, Massachusetts London, England: Harvard University Press, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. Political communication in Media Society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, vol. 16, no. 4, p. 411–426, 2006. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x>.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MAIA, Rousiley. Deliberative Media. In: BÄCHTIGER, Andre; DRYZEK, John S.; MANSBRIDGE, Jane; WARREN, Mark (eds.). *The Oxford Handbook of Deliberative Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 1–20. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198747369.013.11>.
- MAIA, Rousiley. Representação política de atores cívicos: Entre a imediaticidade da experiência e discursos de justificação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, no. 78, p. 97–112, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000100007>.
- MAIA, Rousiley C. M. Deliberação e mídia. In: MAIA, Rousiley C. M. (ed.). *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- MAIA, Rousiley C. M.; CAL, Danila; HAUBER, Gabriella; OLIVEIRA, Vanessa V. de; ROSSINI, Patrícia G. C.; SAMPAIO, Rafael C.; GARCÊS, Regiane Lucas. Conversação e deliberação sobre questões sensíveis: um estudo sobre o uso das razões que circulam nos media. *Galáxia* (São Paulo), no. 34, p. 55–72, 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-2554201728000>.

MAIA, Rousiley C.M. A Deliberação nos Media: Apontamentos Conceituais. *Comunicação & Sociedade*, vol. 30, no. 50, p. 81–101, 2008. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v30n50p81-101>.

MAIA, Rousiley Celi M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. *Anais da XII Reunião anual da Compós*, no. May, p. 22, 2003. .

MANSBRIDGE, Jane. Everyday Talk in the Deliberative System. In: MACEDO, Stephen (ed.). *Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement*. New York: Oxford University Press, 1999. p. 211–242.

MANSBRIDGE, Jane; BOHMAN, James; CHAMBERS, Simone; CHRISTIANO, Thomas; FUNG, Archon; PARKINSON, John; THOMPSON, Dennis F.; WARREN, Mark E. A systemic approach to deliberative democracy. In: PARKINSON, John; MANSBRIDGE, Jane (eds.). *Deliberative Systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 175–188. <https://doi.org/10.4324/9781315167268>.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MAIA, Rousiley Celi Moreira. A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. *Política & Sociedade*, vol. 7, no. 12, 2008. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2008v7n12p143>.

MEMÓRIA GLOBO. Encontro com Fátima Bernardes. 2022. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/auditorio-e-variedades/encontro-com-fatima-bernardes/programa/>> Acesso em: 20 jan. 2022.

MENDONÇA, Ricardo F. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 9, no. setembro-dezembro, p. 119–146, 2012. .

MENDONÇA, Ricardo F. Reconhecimento e (qual?) deliberação. *OPINIÃO PÚBLICA*, vol. 17, p. 206–227, 2011. .

MENDONÇA, Ricardo F.; MAIA, Rousiley. Poderia a deliberação enriquecer o reconhecimento? *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, no. 39, p. 70–77, 2009. .

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A mídia e a transformação da realidade. *Comunicação&política*, vol. 24, no. 2, p. 7–37, 2006. .

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais. 2009. Universidade Federal de Minas Gerais,

2009.

POLLETTA, Francesca; LEE, John. Is Telling Stories Good for Democracy? Rhetoric in Public Deliberation after 9/11. *American Sociological Review*, vol. 71, no. October, p. 699–723, 2006. .

RICARDO FABRINO MENDONÇA; PAULA GUIMARÃES SIMÕES. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, no. 79, p. 187–235, 2012. .

STEINER, Jurg; JARAMILLO, Maria Clara; MAIA, Rousiley C. M.; MAMELI, Simona. *Personal Stories and Deliberative Transformative Moments. Deliberation across Deeply Divided Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 37–85.

TAYLOR, Charles. The politics of recognition. *Philosophical Arguments*. Cambridge, Massachusetts London, England: Harvard University Press, 1995. p. 225–256. DOI 10.5130/nesais.v2i1.1488. Available at: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9781400821402-004/html>. Accessed on: 5 Jan. 2022.

TULLY, James. Recognition and dialogue: the emergence of a new field. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, vol. 7, no. 3, p. 84–106, 2004.

YOUNG, Iris Marion. Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy. In: BENHABIB, Seyla (ed.). *Democracy and difference*. New Jersey: Princeton University Press, 1996. p. 120–136.

YOUNG, Iris Marion. Deferring Group Representation. In: SHAPIRO, Ian; KYMLICKA, Will (eds.). *Ethnicity and group rights*. New York and London: New York University Press, 1997. p. 349–376.

YOUNG, Iris Marion. Justice, Inclusion, and Deliberative Democracy. In: MACEDO, Stephen (ed.). *Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement*. New York: Oxford University Press, 1999. p. 151–158.

## Sobre a Autora

Mestra em Comunicação e Cultura pela UFRJ, doutoranda na pós-graduação em Ciência Política do IESP–UERJ. Integrante do EPA! – Grupo de Pesquisa em Economia Política do Audiovisual. Pesquisadora do Lemep. E-mail: [raissamacedo@iesp.uerj.br](mailto:raissamacedo@iesp.uerj.br)

Data de submissão: 12/02/2022

Data de aprovação: 27/08/2022

